FORMULÁRIOS

Pedidos de Readmissão

Coordenação Geral:
Eliane Bastos Martins

Realização:
Shirley Cunha

Colaboração:
Robson Feruti Sleiman
Carlos Eduardo T. Moura
Marcos dos Santos Terra

Relação de Formulários

- **Modelo 01** – INDEFERIMENTO READMISSÃO/ESTATUTÁRIO - ACUMULAÇÃO
- **Modelo 02** – INDEFERIMENTO READMISSÃO/ESTATUTÁRIO - LEI n.º 94/79
- **Modelo 03** – INDEFERIMENTO READMISSÃO/CONTRATADO

01 - MODELO INDEFERIMENTO READMISSÃO/ESTATUTÁRIO - ACUMULAÇÃO

Senhor(a) _____

_____, ex-ocupante do cargo de _____, matrícula n.º _____/_____, exonerado, através do processo n.º _____/_____/_____, solicita, às fls. _____, readmissão no referido cargo, com base na Emenda Constitucional n.º 34, de 13/12/2001, publicada no D.O.U. de 14/12/2001.

Observamos que a Emenda Constitucional supracitada permite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, a partir de 14/12/2001. Anteriormente a este marco, somente era permitido acumular, na área de saúde, dois cargos de Médico.

Com efeito encontra-se correto o ato de exoneração do requerente, de um dos seus cargos de _____, face à inconstitucionalidade da acumulação, à época.

Considerando, ainda, que o instituto da readmissão não foi recepcionado pelo inciso II, do art. 37 da Constituição Federal de 1988, de acordo com o Parecer PG/PPE/21/93/FMC, em virtude do princípio da obrigatoriedade da prévia aprovação em concurso público para toda e qualquer investidura em cargo público de provimento efetivo, não há como prosperar o pleito do(a) interessado(a).

Tendo em vista o explanado acima, submetemos o presente à apreciação de Vossa Senhoria, opinando pelo indeferimento do pleito, por falta de amparo legal.

Em _____ de _____ de 200 _____.

De acordo.

Publique-se

I - Indefiro o pleito, com base no Parecer PG/PPE/21/93/FMC e inciso II, do art. 37 da CRFB/88.

II – Encaminhe-se o presente a(o) _____, para fins de ciência e arquivamento.

Em _____ de _____ de 200 _____.

02 - MODELO INDEFERIMENTO READMISSÃO/ESTATUTÁRIO - LEI n.º 94/79

Senhor(a) _____

_____, ex-ocupante do cargo de _____, matrícula n.º _____/_____-_____, exonerado, através do processo n.º _____/_____/_____, solicita, às fls. _____, readmissão no referido cargo, de acordo com a Lei nº 94/79.

No entanto, encontramos restrições claras ao atendimento à pretensão ora analisada, já que, de acordo com o Parecer PG/PPE/21/93/FMC, o advento da nova ordem constitucional, preconizado pelo inciso II, do art. 37 da CRFB/88, excluiu o instituto da readmissão “nos moldes preconizados pela Lei Municipal nº 94, de 14/03/79, como consequência direta do princípio da obrigatoriedade da prévia aprovação em concurso público para toda e qualquer investidura em cargo público de provimento efetivo, sendo esta a hipótese vertente”.

Face ao exposto, submetemos o presente à apreciação de Vossa Senhoria, opinando pelo indeferimento, de acordo com as normas legais vigentes.

Em _____ de _____ de 200 ____.

De acordo.

Publique-se:

I – Indefiro o pedido, Parecer PG/PPE/21/93/FMC e inc. II, do art. 37 CRFB/88.

II – Encaminhe-se o presente a(o) _____, para fins de ciência e arquivamento.

Em _____ de _____ de 200 ____.

03 - MODELO INDEFERIMENTO READMISSÃO/CONTRATADO I

Senhor(a) _____

_____, ex-ocupante do emprego de _____, matrícula n.º 20/_____-_____, solicita, às fls. _____, readmissão aos quadros do Município do Rio de Janeiro.

Analisando o presente administrativo, verifica-se que o servidor foi contratado por prazo indeterminado em ____/____/____, tendo sido efetuada a Rescisão de seu Contrato de Trabalho em ____/____/____, **a pedido**, através do processo ____/_____/____, publicado no D.O. Rio de ____/____/____.

Acerca da matéria dispõe o Parecer PG/PPE/21/93/FMC, *in verbis*::

“Por outro lado, a readmissão, nos termos previsto nos art. 47 a 49 da Lei Municipal n.º 94/79, se tornou incompatível com o ordenamento constitucional vigente desde de 05 de outubro de 1988. Com efeito, a Constituição Federal de 1988, no art. 37, inciso II, passou a exigir a aprovação prévia em concurso público para qualquer investidura seja em cargo público (obviamente, excluídos os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração), **seja em emprego público**. Também, no art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988, foi determinada regra sobre o prazo de validade do concurso público, que, uma vez expirado, torna o concurso público caduco. Cumpre acentuar que o **desrespeito aos mencionados dispositivos constitucionais acarretam a nulidade dos respectivos atos administrativos**, de acordo com o **parágrafo 2º do art. 37 da Constituição Federal de 1988.**” (grifamos)

Face ao exposto, pode-se concluir que o instituto da readmissão não foi recepcionado pela Constituição Federal/88 (tanto para cargo público de provimento efetivo quanto para empregados regidos pela CLT), motivo pelo qual opinamos pela impossibilidade de acolhimento do pleito, com base no Parecer PG/PPE/21/93/FMC, bem como no inciso II, do art. 37 da CRFB/88.

Em de de 200 .

De acordo.

Publique-se:

I - Indefiro o pleito, Parecer PG/PPE/21/93/FMC e inc. II, do art. 37 CRFB/88.

II – Encaminhe-se o vertente administrativo a(o) _____, para fins de ciência e arquivamento.

Em de de 200 .